

RECURSO ESPECIAL Nº 1.371.780 - PR (2013/0059312-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ANWAR FEHMI OMAIRI E OUTRO
ADVOGADO : CLAUDIO NUNES DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - PR030013
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : GILBERTO ANTÔNIO PANIZZI FILHO E OUTRO(S) - RS047184

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ANWAR FEHMI OMAIRI E OUTRO, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. DEPÓSITO PRÉVIO. JULGAMENTO POR MAIORIA. RESTITUIÇÃO À PARTE AUTORA. ART. 488, II DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Prejudicado o pedido de tutela antecipada para suspensão do título que busca a autora rescindir, quando determinado nos autos do próprio cumprimento de sentença o sobrestamento.

2. O prazo para o exercício do direito à rescisão da coisa julgada passa a fluir do primeiro dia útil após o trânsito em julgado, que ocorre em um único momento.

3. Deve ser restituída a parte autora do depósito prévio efetuado nos termos do art. 494 do CPC, quando a ação rescisória é julgada improcedente por maioria de votos da sessão. Hipótese em que a decisão impugnada por nova ação rescisória viola literal previsão contida no art. 488, II do Código de Processo Civil (art. 485, V, CPC).

4. Ação rescisória julgada procedente para que no dispositivo da decisão transitada em julgado atacada passe a constar: "...dar parcial provimento aos embargos de declaração da parte ré para condenar a CEF ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, determinando a restituição do depósito inicial em favor da parte autora, nos termos do art. 494 do CPC".

5. Honorários advocatícios desta ação rescisória fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a serem suportados integralmente pela parte ré. " (e-STJ, fl. 538)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 542, § 2º, e 488, II, do CPC/73, sustentando, em síntese, que: 1) o prazo decadencial para a propositura da ação rescisória deve ser contado a partir da decisão de mérito rescindenda

e não do trânsito em julgado da decisão que homologou a desistência do recurso especial interposto contra tal decisão, sob pena de se dar efeito suspensivo ao recurso especial; e 2) o acórdão rescindendo foi unânime quanto ao levantamento pelos réus do valor do depósito realizado na ação rescisória anterior, razão pela qual deve ser mantido.

Apresentadas contrarrazões às fls.595/604 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao analisar o termo inicial para o prazo decadencial de propositura da ação rescisória assim dispôs:

"A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que o prazo para o exercício do direito à rescisão da coisa julgada passa a fluir do primeiro dia útil após o trânsito em julgado, que ocorre em um único momento:

(...)

Assim, considerando a interposição de recurso especial da CEF em face do acórdão do julgamento dos embargos de declaração, ainda que tenha requerida sua desistência homologada pelo STJ em 23.04.2012, é a partir da data do trânsito em julgado (24.05.2012) que passa a fluir o prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória. Nesse sentido julgado desta Corte Regional:

Cumpre ressaltar, passa a fluir o prazo para o ajuizamento da ação rescisória a partir do trânsito em julgado de decisão definitiva de mérito, isto é, dela não cabendo mais qualquer recurso, no caso o trânsito em julgado da decisão que homologou a desistência do recurso especial da CEF, sendo irrelevante que se não tenha esgotado todos os recursos, conforme preconiza a Súmula 514 do STF." (e-STJ fl. 530/531)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

"AGRAVO REGIMENTAL E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTEGRATIVO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. ASSISTÊNCIA SIMPLES. INTROMISSÃO NO FEITO DE CREDOR DA COOPERATIVA EM LIQUIDAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. AÇÃO RESCISÓRIA. TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL. ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL DO QUAL NÃO CAIBA RECURSO. SÚMULA 401/STJ. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

1. A lei processual civil, mesmo no caso do procedimento de

liquidação de cooperativa, somente autoriza a intromissão de terceiro assistente simples, quando comprovado o seu interesse jurídico, e não, como na hipótese, o mero e eventual proveito econômico.

2. Nos moldes da Súmula 401 desta Corte, "o prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial".

3. Destaque-se, a título de reforço de argumentação, que o Código de Processo Civil de 2015 positivou no artigo 975 a regra de que "o direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo".

4. Agravos regimentais desprovidos."

(AgRg no AREsp 724.365/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 03/08/2016)

Já quanto ao mérito da presente ação rescisória, qual seja, o destino do depósito judicial realizado na ação rescisória anterior, em cujo julgamento foi reconhecida, de forma não unânime, a decadência, dispôs a Corte de origem:

"Com efeito, o depósito inicial da ação rescisória tem como escopo desestimular o ajuizamento de ações temerárias, revertendo a favor da parte ré, na hipótese de improcedência.

No caso em análise, não restou configurado qualquer abuso no exercício do direito de ação por parte da CEF. Tanto é assim que o julgamento da ação rescisória nº 2008.04.00.021820-0 por esta Segunda Seção ocorreu por maioria de votos, restando vencido o relator que entendeu não estar configurada a decadência do direito da Caixa Econômica Federal em ajuizar ação rescisória objetivando a desconstituição do acórdão que condenou a instituição bancária a ressarcir os prejuízos decorrentes da realização indevida de débitos em contas-correntes dos réus.

Conquanto, esta decisão tenha sido complementada com o julgamento dos embargos de declaração que, por unanimidade, reverteu o depósito em favor dos réus, este julgado afronta o disposto no artigo 488, II do CPC.

O STJ firmou entendimento no sentido de que em casos onde não haja unanimidade de votos quanto à improcedência da ação rescisória, o depósito contido no art. 488, II, do CPC de rever para o autor, verbis:

(...)

Desta sorte, em juízo rescindendo, julgo procedente esta ação rescisória e, em juízo rescisório, alterar o dispositivo da ação rescisória nº 2008.04.00.021820-0 para que passe a constar: "...dar parcial provimento aos embargos de declaração da parte ré para condenar a CEF ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, determinando a restituição do depósito inicial em favor da parte autora, nos termos do art. 494

do CPC" (e-STJ fl. 533/534)

Também neste ponto, deve ser mantido acórdão recorrido, uma vez que de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NA AÇÃO RESCISÓRIA. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. EXTINÇÃO. PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO COLEGIADO. UNANIMIDADE DE VOTOS. DEPÓSITO PRÉVIO. ARTS. 488, II, E 494 DO CPC/1973. MULTA EM FAVOR DO RÉU. LEVAMENTO PELO AUTOR. DESCABIMENTO.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo interno em virtude da ausência de vícios de omissão e obscuridade e do seu nítido caráter infringente.

2. Havendo pronunciamento unânime do órgão colegiado pela inadmissibilidade ou improcedência da rescisória, o depósito prévio, previsto no art. 488, II, do CPC/1973, tem finalidade de multa em favor da parte ré, nos exatos termos do art. 494 do CPC/1973.

3. Hipótese em que a decisão monocrática de extinção da ação rescisória foi confirmada pelo órgão colegiado, à unanimidade de votos, haja vista a interposição de 6 (seis) recursos sucessivos da parte autora.

4. Agravo interno não provido."

(EDcl na PET nos EDcl no AgRg nos EDv na AR 4.573/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 06/03/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DEPÓSITO PRÉVIO. ART. 488, II, DO CPC. REVERSÃO EM FAVOR DO RÉU. MANUTENÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. A improcedência ou inadmissibilidade da ação rescisória, por unanimidade, enseja a reversão do depósito prévio (art. 488, II, do CPC) a título de multa em favor da ré (art. 494 CPC).

2. Recurso especial não provido."

(REsp 1390775/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 26/10/2015)

Frise-se, por fim, que é irrelevante que a determinação de levantamento em favor do réu feita na ação rescisória anterior tenha sido tomada de forma unânime, em sede em embargos de declaração, uma vez que a unanimidade a ser verificada é prévia e

diz respeito ao julgamento da própria ação rescisória.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

